



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Rua Estanislau Eloy, s/nº - Bairro Castelo Branco

João Pessoa-PB, CEP 58050-585

- <http://hulw-ufpb.ebserh.gov.br>

Carta - SEI nº 46/2025/UCL/SAD/DAF/GAD/HULW-UFPB-EBSERH

João Pessoa, 16 de maio de 2025.

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

1. O prazo de validade de nossa proposta é de **90 (noventa) dias corridos**, contados da data da abertura da licitação.
2. Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
3. Declaramos que, nos valores cotados, estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte da prestação dos serviços, como despesas da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outras que possam incidir sobre os gastos da companhia, sem qualquer acréscimo por expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
4. Caso nos seja adjudicado o objeto desta licitação, comprometemos a assinar o Contrato/Ata no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Dados da Empresa		
Nome da Empresa:		
CNPJ:		
Endereço:		
Responsável pela proposta:		
Telefone/Celular:		
E-mail:		
Banco:	Agência:	Conta Corrente:

Dados do Represente da Empresa para Assinatura da Ata ou Contrato	
Nome:	
CPF:	
RG:	Expedido por:
Endereço:	
CEP:	
Naturalidade:	Nacionalidade:
Cargo/Função:	

5. Trata-se da **Aquisição/Contratação** de _____ para o **Hospital Universitário Lauro Wanderley da Universidade Federal da Paraíba, filial da rede EBSERH**, conforme as especificações, quantitativos e condições constantes no Edital e seus Anexos.

Item	Descrição	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário (12 MESES)	Valor Total (1 ANO)
1	Licença de acesso individual de Software de Cálculo de dietas e avaliação nutricional para o Serviço de Nutrição Clínica, na modalidade online com acessibilidade em tempo real.	Software de avaliação nutricional com anamnese completa, avaliação antropométrica, questionários específicos de rastreamento metabólico e elaboração de planos alimentares específicos, com cálculo e análise das necessidades e oferta de nutrientes dos cardápios oferecidos para a coletividade enferma e sadia da Unidade Hospitalar, seguindo os padrões de tabelas de alimentos atualizadas.	Licenças	25		

Prazo de entrega:

Validade da proposta:

Condições de Pagamento:

Atenção!

"Caso haja discordância entre o descritivo dos itens no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e Anexos."

Local e data.

Assinatura do(a) representante da empresa
Sócio Administrador ou Procurador

*** incluir de carimbo do CNPJ da empresa**

Referência: Processo nº 23539.015222/2025-11 SEI nº 49532333

6.1 Licença de Software para cálculo de dietas e avaliação nutricional:

6.1.1 O software deverá permitir a elaboração de planos alimentares calculados, individualizados, com adequação de macro e micronutrientes

6.1.2 O software deverá ser fornecido em caráter de assinatura com "logins" de acesso individuais, com aquisição anual podendo ser renovada;

6.1.3 Deverá disponibilizar suporte técnico para configuração e dúvidas técnicas sobre o uso da ferramenta;

6.1.4 Garantia de manutenção e uso do software mesmo quando ocorra atualização com novas versões;

6.1.5 Para se assegurar o alcance dos objetivos pretendidos com a aquisição, considerar também os requisitos tecnológicos descritos na tabela abaixo:

REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	NECESSIDADE
1	Deve ser capaz de armazenar e manipular dados: entrada manual de dados, emissão e exportação de relatórios.	Cadastro e armazenamento de dados de avaliações e prescrições nutricionais realizadas (sem limite de número de pacientes cadastrados e avaliações por paciente), emissão de relatórios (impressão completa ou modular, edição de texto e envio por e-mail).	Obrigatório
2	Deve possuir base de alimentos atualizada	Os alimentos sempre atualizados, seguindo os padrões da TBCA/TACO e dos fabricantes brasileiros.	Obrigatório
3	Deve possuir módulo de avaliação nutricional de gestantes, crianças, adultos e idosos.	Acompanhamento completo das gestantes e de crianças, adultos e idosos com as referências mais atualizadas.	Obrigatório
4	Módulo de Prescrição Nutricional facilitada	Prescrição através de métodos de alimentos, equivalentes ou qualitativo.	Obrigatório
5	Deve possuir interface gráfica amigável e intuitiva	Em língua portuguesa, destacando as principais funções.	Obrigatório
6	Deve ser capaz de gerar relatórios individuais, que possam ser enviados por e-mail e/ou impressos.	Relatório completo e resumido, relatório com textos, comparações relativas e longitudinais de avaliações.	Obrigatório
7	Deve ser compatível com impressora laser e impressora de bobinas	Impressão de relatórios (resumo da avaliação, plano alimentar individualizado) em folhas A4 e em bobinas, de forma econômica e ágil.	Obrigatório
8	Deve dispor de manual de uso e material audiovisual para treinamento (textos, fotos, vídeos explicativos).	Treinar membros da equipe para a utilização correta da tecnologia.	Obrigatório

7.1 REQUISITOS DE NEGÓCIO

7.1.1 Os serviços descritos neste estudo abrangem a operação de serviço de infraestrutura, bem como o atendimento a usuários de TIC. Entende-se por operação de infraestrutura de TIC a prestação de serviços técnicos que estão relacionados à segurança da informação, intercomunicação e rede de comunicação de voz e dados, servidores de rede, sistemas operacionais, sistemas de backup, sistemas de informação, recursos de armazenamento de dados, monitoramento e gerenciamento operacional.

7.1.2 A operação de infraestrutura de TIC é um serviço fundamental para a garantia da disponibilidade, integridade, resiliência e segurança de recursos tecnológicos necessários para a sustentação de quaisquer serviços baseado em TIC do órgão.

7.1.3 Já o atendimento a usuários de TIC compreende a prestação de serviços de suporte técnico de microinformática, incluindo a sustentação dos ativos e dos softwares relacionados às atividades dos usuários do órgão.

7.1.4 Ambos os serviços descritos neste estudo são serviços passíveis de execução indireta, nos termos da legislação vigente, e constituem em atividades de alta relevância, por apoiar processos finalísticos e administrativos das instituições que integram a Administração, contribuindo assim para manter em funcionamento as operações e funções dos diversos órgãos.

7.1.5 Estes serviços são considerados comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, sendo prestados preferencialmente por empresas fornecedoras de serviço técnico em TIC.

7.1.6 Os serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC são considerados soluções de TIC e devem se orientar pelos dispositivos constantes na PORTARIA SGD/MGI Nº 1.070, DE 1º DE JUNHO DE 2023, bem como demais diretrizes constantes no modelo de contratação.

7.2 REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

7.2.1 Deve-se prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela EBSEH acerca do fornecimento ou de características técnicas dos equipamentos em até 48 horas corridas, para as capitais estaduais e em até 96 horas para as demais cidades, por intermédio do preposto designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação;

7.2.2 Considerando-se as tecnologias disponíveis no ambiente de Tecnologia da Informação da contratante, verifica-se que, para a execução do objeto dessa pretensa contratação, a empresa a ser contratada deverá dispor de Equipe Técnica especializada e com treinamento e capacitação atualizados nas tecnologias em questão.

7.2.3 Os requisitos de capacitação devem refletir as principais metodologias, tecnologias, produtos e ferramentas que representem maior abrangência para os Serviços de TIC e soluções de infraestrutura de TI utilizados na contratante.

7.2.4 A contratada deverá promover, às suas expensas, sempre que necessário, a capacitação dos profissionais de sua Equipe Técnica nas tecnologias que, porventura, a contratante venha a adotar, adquirir, implantar, instalar durante a execução do objeto contratual.

7.2.5 Todavia, não se deve admitir que o órgão ou entidade custeie cursos e/ou treinamentos aos profissionais da contratada.

7.3 REQUISITOS LEGAIS

7.3.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à:

- Constituição Federal; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa;
- Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;
- Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação;
- Regulamento de licitações e contratos da Ebserh v.2.0;
- Lei 13.303; Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados;
- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal;
- Instrução Normativa nº 31/2021;
- Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 01 de junho de 2023 - Estabelece o modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal;
- Outras legislações aplicáveis.

7.4 REQUISITOS TEMPORAIS

7.4.1 O Contrato deverá ter vigência iniciando-se na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por período não inferior a 12(doze) meses, salvo condições resolutivas, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

7.4.2 Após a assinatura do contrato, em até 30 dias, deverá ocorrer o período de Implantação do Serviço, período pelo qual a contratada deverá estudar, entender e absorver as peculiaridades da prestação dos serviços.

7.4.3 A contratante deverá emitir a Ordem de Serviço por item do objeto, imediatamente após a conclusão do período de Implantação do Serviço pela contratada, ou no trigésimo dia após a assinatura do contrato, o que ocorrer primeiro.

7.4.4 Após a emissão da Ordem de Serviço, se dará início ao Período de Adaptação. O Período de Adaptação será de 90 (noventa) dias, prazo em que a contratada já atuará na execução do contrato e deverá realizar ajustes pontuais para melhor adequação à prestação dos serviços.

7.4.5 Caso haja prorrogação da vigência contratual, não haverá novo período de Implantação e Adaptação.

7.4.6 O atendimento de suporte técnico dos serviços deverão ser realizados em dias úteis e não úteis, das 7h às 19h.

7.5 REQUISITOS DE MANUTENÇÃO

7.5.1 Devem possuir suporte técnico especializado e garantia do fabricante, durante a vigência do contrato, todos os produtos ofertados que compõem a solução de armazenamento, de modo que garanta a reposição de peças, atualizações de segurança, atualizações sistêmicas, correção de bugs e assistência técnica para casos de dúvidas, incidentes ou indisponibilidade da solução ofertada.

7.5.2 Deverá ser disponibilizado canais de atendimento, com acesso direto ao fabricante, para abertura de chamados técnicos sempre que necessário.

7.5.3 Deverá garantir que o serviço de suporte técnico não comprometa a garantia da solução ofertada.

7.5.4 Deverá ser disponibilizado canais de atendimento, para abertura de chamados de suporte técnico, sempre que necessário.

7.5.5 Deverá ser previsto acordo de nível serviço (SLA) para casos de acionamento do serviço de suporte técnico e garantia.

7.6 REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE

7.6.1 A contratada deverá obedecer aos procedimentos operacionais adotados pela contratante, no tocante à segurança da informação;

7.6.2 Deverá obedecer aos procedimentos operacionais adotados pela Ebserh, no tocante à segurança da informação;

7.6.3 Promover o afastamento em relação ao objeto da contratação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus recursos técnicos que não correspondam aos critérios de confiança ou que perturbe a ação da equipe de fiscalização da Ebserh.

7.7 REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

7.7.1 No que couber, visando a atender ao disposto na legislação aplicável – em destaque às Instruções Normativas nº 05/2017 /SEGES, 01/2010/SLTI-MPOG e nº 94/2022 – a contratada deverá priorizar, para a prestação dos serviços, todas as práticas de sustentabilidade.

7.7.2 Considerando o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, onde se destaca o planejamento da contratação com parâmetros de sustentabilidade, os critérios serão previstos no Termo de Referência.